



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Processo: 958/2016-e (b).
Origem: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SE/DF
Assunto: Recurso
Ementa: Auditoria de regularidade levada a efeito no Processo 560/2015, tendo por objeto a folha de pagamento do Governo distrital.

- . Indícios de irregularidades no pagamento de várias parcelas, entre elas o Auxílio Transporte. Pagamento a servidores que não utilizam transporte público.
- . Interposição de Pedido de Reexame por servidores da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, lotados no Centro de Ensino Fundamental Buriti Vermelho, em face do item II da Decisão nº 3.191/2015, proferida no Processo nº 560/2015. Recurso conhecido e apreciado nestes autos por força da Decisão nº 5.773/2015.
- . A Secretaria de Fiscalização de Pessoal manifesta-se pelo provimento do recurso, entre outras sugestões que oferta.
- . Parecer convergente do Ministério Público de Contas do Distrito Federal.
- . Precedentes do STJ e do TJDFT amparam o posicionamento adotado pela Unidade Técnica e o *Parquet* Especial.
- . Acolhimento da instrução e do parecer ministerial. Provimento do recurso. Determinação. Ciência da decisão aos recorrentes e ao órgão jurisdicionado. Remessa de cópia da instrução e do parecer ministerial ao órgão jurisdicionado. Devolução do feito à SEFIPE para os devidos fins.

RELATÓRIO

Trata o presente processo, nesta fase processual, da apreciação de Pedido de Reexame interposto em face da Decisão nº **3.191/2015**, editada nos seguintes termos:

"O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

I – tomar conhecimento do Relatório de Auditoria/SEFIPE nº 02/2015 (fls. 117/208), bem como dos documentos que o acompanham (fls. 1/116);

II – com fundamento no art. 41, § 2º, da LC nº 01/94, dar conhecimento do Relatório de Auditoria nº 02/2015 (fls. 117/208) a todos os



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

jurisdicionados envolvidos, para que, no prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, apresentem, naquilo que lhes for devido, os esclarecimentos/justificativas pertinentes ou indiquem as eventuais providências adotadas com relação aos itens IV, V, VI, VII, VIII e XI das sugestões apresentadas no relatório de auditoria;

III - autorizar o encaminhamento de cópia:

1) do Relatório de Auditoria/SEFIPE nº 02/2015 (fls. 117/208) ao Governador do Distrito Federal, para fins de conhecimento, alertando-o de que o mérito das questões apontadas pelo Corpo Técnico desta Casa somente será apreciado pelo Plenário após as manifestações dos órgãos e entidades envolvidos;

2) da Tabela I (fls. 103/108) à SEGETH, à SEF, à SEAGRI, à SEDHS, à SEMOB, ao SLU, à SINESP, à SECRIANÇA, à PGDF, à ADASA, à SEJUS, ao IBRAM, à AGEFIS, à DPDF, à SEGAD, à SCDF, à Casa Civil, à SERCOND, à SEMIDH, à EMATER, à SEGAD (SIGH 045 e 144), ao Jardim Botânico de Brasília, ao DETRAN, à PCDF, à DFTRANS, à SES, à SE (SIGH 652 e 802), à NOVACAP, ao DER e às Administrações Regionais de Brasília, de Sobradinho, de Sobradinho II, do Núcleo Bandeirante, do Guará, de Samambaia, de São Sebastião, do Sudoeste/Octogonal, do SIA, de Vicente Pires e da Fercal;

3) da Tabela II (fls. 109/116) à SESDF, à SEDF, à PMDF e ao CBMDF;

IV - cientificar:

1) os jurisdicionados de que este Tribunal somente se pronunciará sobre o mérito das questões suscitadas pela equipe de auditoria após o decurso do prazo acima indicado, para a análise dos esclarecimentos/justificativas apresentados ou das providências porventura adotadas;

2) o TCU acerca da acumulação de proventos dos servidores abaixo mencionados:

a) João Maria de Lemos Kuze, portador do CPF nº 005.018.670-15, nos cargos de Auditor Fiscal de Atividades Urbanas da Agência de Fiscalização do Distrito Federal e do cargo de Procurador Federal da AGU, em face do disposto no art. 11 da EC nº 20/1998 e tendo em conta que a concessão do vínculo federal ainda não foi analisada por aquela Corte de Contas;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

- b) *Juvenil José Romeiro, portador do CPF nº 115.525.571-20, nos cargos de Técnico de Políticas Públicas e Gestão Governamental da Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal e do cargo de Motorista Oficial do Departamento de Polícia Federal, em face do disposto no art. 11 da EC nº 20/1998 e tendo em conta que a concessão do vínculo federal foi analisada por aquela Corte de Contas há menos de 5 anos (julgamento pelo TCU na sessão de 29/06/2010);*
- c) *Luiz Francisco da Silva, portador do CPF nº 055.147.541-20, nos cargos de Técnico Administrativo da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e de Arquivista do INCRA, em face do disposto no art. 11 da EC nº 20/1998 e tendo em conta que a concessão do vínculo federal ainda não foi analisada por aquela Corte de Contas;*
- d) *João Neris de Oliveira Neto, portador do CPF nº 084.631.071-68, nos cargos de Técnico de Políticas Públicas e Gestão Governamental da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal e do cargo de Agente de Vigilância da FUNASA, em face do disposto no art. 11 da EC nº 20/1998 e tendo em conta que a concessão do vínculo federal foi analisada por aquela Corte de Contas há menos de 5 anos (julgamento pelo TCU na sessão de 24/05/2011);*
- e) *Maria de Fátima Soares, portadora do CPF nº 144.665.461-34, nos cargos de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos (AOSD), Eletrocardiografia, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e de Agente de Serviços Complementares do Comando do Exército, em face do disposto no art. 11 da EC nº 20/1998 e tendo em conta que a concessão do vínculo federal foi analisada por aquela Corte de Contas há menos de 5 anos (julgamento pelo TCU na sessão de 07/05/2013);*

V - *autorizar o retorno dos autos à SEFIPE, para a adoção das medidas de praxe. "*

O item VII das sugestões do Relatório de Auditoria mencionado no item II da Decisão nº 3.191/2015 dispõe:

*"VII - recomendar às jurisdicionadas que requeiram aos **servidores e empregados que fazem jus ao***



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

auxílio-transporte a apresentação mensal dos bilhetes utilizados nas viagens interestaduais do mês anterior de modo sistemático (até o 5º dia útil ou até o dia 10 do mês subsequente, por exemplo), para fins de comprovação da despesa. Após isso, deve-se ressarcir ao erário os valores percebidos nos dias em que não houver comprovação dessa despesa;"

Notícia a SEFIPE que, no âmbito da **Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal**, os servidores destinatários do previsto no referido item VII das sugestões do Relatório de Auditoria interpuseram o recurso visto às fls. 1029/1034 do Processo 560/2015¹, razão pela qual este Tribunal editou a **Decisão nº 5.773/2015**, com o seguinte teor:

"O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

I - conhecer do Recurso de fls. 1029/1034 interposto por servidores da SE/DF, lotados no Centro de Ensino Fundamental Buriti Vermelho, como Pedido de Reexame contra o desdobramento do item VII do Relatório de Auditoria nº 2/2015 - DIFIPE/SEFIPE, objeto do item II da Decisão nº 3.191/2015, conferindo-lhe, em relação aos signatários da exordial, efeito suspensivo, nos termos do art. 47 da Lei Complementar nº 1/94, c/c os arts. 188, II, "a", e 189 do Regimento Interno do TCDF e o art. 1º da Resolução-TCDF nº 183/07;

II - autorizar o envio de cópia das peças de fls. 1029/1034 à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, para que a jurisdicionada, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente a este Tribunal considerações/avaliações a respeito dos fatos narrados pelos signatários daquele documento;

III - dar conhecimento do teor desta decisão à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e aos recorrentes, alertando-os de que ainda pende de análise o mérito do recurso mencionado no item I;

IV - autorizar: 1) que a análise do mérito deste recurso, a ser empreendida após os esclarecimentos da SE/DF (item II), e a de outros similares versando sobre o mesmo tema - que porventura venham a ser interpostos - se dê em autos apartados, com a distribuição vinculada a um mesmo relator; 2) o retorno dos autos à SEFIPE, para a adoção das providências de praxe."

Depreende-se dos itens I, II e IV da decisão em tela que:

¹ eDoc 1E95F125-c destes autos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

- a) o recurso ora apreciado foi conhecido como *Pedido de Reexame em face do item VII do Relatório de Auditoria nº 2/2015 – DEFIPE/SEFIPE, objeto do item II da Decisão nº 3.191/2015;*
- b) foi fixado prazo para que a jurisdicionada apresentasse *“considerações/avaliações a respeito dos fatos narrados” na peça recursal;*
- c) que a apreciação do apelo deveria ocorrer em autos apartados.

Portanto, cumpre-se neste feito o previsto no item IV da deliberação em destaque.

Da análise do recurso levada a efeito pela Unidade Técnica, tenho por adequado reproduzir o que segue:

"I. Razões Recursais

7. No recurso (eDoc 1E95F125-c), esclarecem os servidores da Secretaria de Educação que **estão lotados no Centro de Ensino Fundamental Buriti Vermelho, localizado na DF 270, cruzamento com a DF 100 – Colônia Agrícola Buriti Vermelho, na Zona Rural do Paranoá, sendo que a maioria dos recorrentes reside em Formosa/GO.**

8. Relatam que as linhas de transporte coletivo disponíveis para aquela localidade (**Formosa/Brasília e Brasília/Alphaville**) não coincidem com o horário de funcionamento da escola, além do que dispenderiam nesse trecho, no mínimo, **6 horas diárias entre ida e vinda.**

9. Por essa razão, informam que **vêm utilizando veículos próprios para o deslocamento residência/trabalho e retorno**, ainda que isso acarrete o desgaste excessivo dos seus veículos, em razão das más condições de conservação das estradas rurais.

10. Adicionalmente, informam que a Secretaria de Educação, por intermédio da Superintendência de Gestão de Pessoas – SUGEPE, expediu a Circular nº 54/2015, estabelecendo entre outros pontos que:

“todos os servidores efetivos e professores substitutos, contratados temporariamente, que recebem auxílio transporte interestadual (entorno) deverão apresentar mensalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente, à Gerência de Gestão dos Profissionais de Educação a segunda via diária dos bilhetes de passagens expedidos pela concessionária de transporte coletivo, referente ao mês anterior, a fim de que possa ser concedida a manutenção da percepção do benefício”;

“importante destacar que a não apresentação dos bilhetes de passagem acarretará em suspensão do auxílio transporte a partir do mês subsequente; assim como em ressarcimento ao erário dos valores



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

recebidos referentes aos dias em que não houver a comprovação da despesa com transporte”;

11. *Relatam, ao final, que:*

“faz-se necessária uma análise mais profunda acerca das peculiaridades que envolvem as escolas da Zona Rural; na Zona Rural os horários e as linhas de ônibus são bastante escassos. Não se pode comparar a disponibilidade do transporte coletivo existente nas zonas urbanas com a realidade da zona rural. (...) a região do Buriti Vermelho, apesar de distante dos núcleos urbanos, encontra-se localizada dentro dos limites do Distrito Federal, e o transporte coletivo público é escasso. Não existe uma linha de ônibus que faça o trajeto Formosa-Buriti Vermelho, São Sebastião-Buriti Vermelho entre outras, sendo que em um deslocamento de ônibus o servidor demandaria bastante tempo, inviabilizando o cumprimento dos horários de funcionamento da escola, estabelecidos por esta Secretaria;

I.1 Análise

12. *Ressalta-se que o item VII das sugestões do relatório de auditoria, já reproduzido no parágrafo exordial, objetivou sugerir à Administração controles mais eficientes no tocante ao deferimento do Auxílio-transporte.*

13. *Por outro lado, a LC 840/2011, ao tempo em que estabelece a possibilidade de fazer-se em pecúnia o pagamento da referida parcela, menciona que o valor deve ser utilizado no transporte público (arts. 107 e 110²).*

14. *Nada obstante, a situação relatada pelos recorrentes é sensível, a ponto de a implantação dos controles, da forma como foi sugerido, inviabilizar o próprio exercício das atividades regulares no Centro de Ensino Fundamental Buriti Vermelho.*

15. *Há de se considerar que referida proposta de controle norteou-se pelos dispositivos legais antes referidos, segundo os quais o auxílio-transporte deveria ser utilizado para custear transporte público.*

16. *A esse propósito, contudo, faz-se mister trazer à baila excerto do voto condutor da **Decisão 6415/2016 (Processo 560/2015)**, proferido pelo Conselheiro-Relator Paulo Tadeu, que remete a jurisprudência do STJ admitindo utilização do*

² **Art. 107.** Ao servidor é devido auxílio-transporte, a ser pago em pecúnia ou em vale-transporte, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo, inclusive interestadual, no início e no fim da jornada de trabalho, relacionadas com o deslocamento da residência para o trabalho e vice-versa.

(...)

Art. 110. A concessão do auxílio-transporte fica condicionada à apresentação de declaração, firmada pelo próprio servidor, de que realiza despesas com transporte coletivo, nos termos do art. 107.

§ 1º O servidor deve manter atualizados os dados cadastrais que fundamentam a concessão do auxílio-transporte.

§ 2º Sem prejuízo da fiscalização da administração pública e de eventual responsabilidade administrativa, civil ou penal, presumem-se verdadeiras as informações constantes da declaração prestada pelo servidor.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

referido auxílio mesmo na hipótese de haver uso de veículo próprio, verbis:

“(…)

PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. AUXÍLIO-TRANSPORTE. VEÍCULO PRÓPRIO. POSSIBILIDADE. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO PRÉVIA DA DESPESA. ORIENTAÇÃO NORMATIVA. INOVAÇÃO. DESNECESSIDADE.

1. A jurisprudência do STJ consolidou-se no sentido de que o **auxílio-transporte** tem a finalidade de custear as despesas realizadas pelos servidores públicos com transporte para deslocamentos entre a residência e o local de trabalho, e vice-versa, sendo devido a quem utiliza **veículo próprio ou coletivo**.

2. O art. 6º da Medida Provisória n. 2.165-36/2001 apenas exige que o servidor ateste a realização das despesas de deslocamento, presumindo a veracidade da declaração por ele firmada, sob pena de responsabilidade civil, criminal e administrativa.

3. A Orientação Normativa DGP/IFRS, ao limitar a fruição do auxílio-transporte à comprovação prévia das despesas efetivamente realizadas com locomoção do servidor, extrapolou o poder de regulamentar a MP 2.165-36, estipulando exigência não prevista em lei. Precedente em caso análogo: AgInt no REsp 1.323.295/DF, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 26/4/2016, DJe 11/5/2016.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

O julgamento do caso acima destacado levou em consideração servidor regido pela Medida Provisória nº 2.165-36/20014, cuja redação do art. 1º, no que nos interessa neste momento, em muito se assemelha à do art. 107 da LC nº 840/11. Eis o que disciplina aquele dispositivo:

Art. 1º Fica instituído o Auxílio-Transporte em pecúnia, pago pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, excetuadas aquelas realizadas nos deslocamentos em intervalos para repouso ou alimentação, durante a jornada de trabalho, e aquelas efetuadas com transportes seletivos ou especiais. (grifos do original)

17. Por esse entendimento, **não se vislumbra óbice ao acolhimento das razões apresentadas no pedido de reexame, que materializam a pretensão de se utilizar veículo próprio sem deixar de perceber o auxílio-transporte.**

18. Nessas condições, caberá à Secretaria de Educação manter os rigores no pagamento em pecúnia do referido auxílio, que deve ter por base as linhas de transporte público que servem o local, bem assim adequar a Circular nº 54/2015, nos pontos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

que tiveram fundamento no item VII das sugestões do Relatório de Auditoria 2/2015-DIFIPE/SEFIPE.

19. Além disso, não se pode olvidar, como já mencionado no parágrafo 5, de que a Secretaria de Educação foi instada a se pronunciar sobre os fatos narrados pelos recorrentes, consoante consta do item II da Decisão 5773/2015³.

20. Após reiteração desta decisão, a Secretaria de Educação esclareceu que a resposta ao Tribunal restou consubstanciada no **Ofício 374/2016-GAB/SE**⁴.

21. No referido expediente, **a SEDF destacou que foram identificados 1415 servidores e 519 professores contratados temporariamente que recebiam auxílio-transporte para regiões interestaduais** e que expediu a Circular 54/2015-SUGEPE para divulgar os "procedimentos a serem adotados com relação à cobrança mensal dos comprovantes das despesas".

22. Informou, ademais, que após a expedição da Circular, recebeu cerca de 320 pedidos de reconsideração, revelando a seguinte situação: **(i)** servidores que atuam em unidades escolares situadas em zonas rurais, onde o transporte coletivo não atende; **(ii)** servidores que atuam em unidades escolares na zona urbana, mas usam transporte próprio por incompatibilidade de horário do transporte público ou em razão do longo percurso entre residência/trabalho, que inviabilizaria o cumprimento do horário de trabalho; **(iii)** servidores que fazem 'transporte solidário' em razão da proximidade de residência/trabalho, dividindo a despesa com combustível.

23. Em virtude dessas especificidades, informou a SEDF que não foi providenciada a suspensão do benefício para aqueles que não cumpriram a Circular 54/2015, requerendo alfin orientações a esta Corte sobre como proceder.

24. Em novo pronunciamento da SEDF (Ofício 2125/2016-GAB/SE - eDoc DC609F32-c), reiterou-se a não adoção de providências complementares, bem assim a necessidade de orientações.

25. Como se nota, **a jurisdicionada**, embora não tenha dado efetivo cumprimento ao item II da Decisão 5773/2015, porque não se pronunciou sobre "considerações/avaliações a respeito dos fatos

³ II – autorizar o envio de cópia das peças de fls. 1029/1034 à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, para que a jurisdicionada, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente a este Tribunal considerações/avaliações a respeito dos fatos narrados pelos signatários daquele documento;

⁴ Tal expediente, encaminhado por cópia junto ao Ofício 2125/2016-GAB/SE, foi juntado ao Processo 560/2015 (eDoc [0A8F2442](#)), tendo em conta que reportava-se àquele processo e à Decisão 3191/2015 lá prolatada.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

narrados pelos signatários”, trouxe aos autos elementos reveladores da situação excepcional vivenciada por vários servidores no tocante ao recebimento do auxílio-transporte.

26. É notório, contudo, que a linha indicada nos parágrafos 16 a 18 acima, põe termo às dúvidas em relação às situações enumeradas pela jurisdição, no tocante aos servidores que utilizam veículo próprio para deslocamento residência/trabalho (v. parágrafo 22).

II. Razões de Justificativa

27. Como anteriormente mencionado, o titular da Secretaria de Educação foi chamado em audiência, em face do disposto no art. 57, IV e VII, da LC 1/94 (item II da Decisão 4752/2016), pelo fato de ter permanecido silente diante da determinação constante do item II da Decisão 5773/2015, reiterado pela de nº 3313/2016.

28. As justificativas apresentadas constam do Ofício 2125/2016-GAB/SE (eDoc DC609F32-c).

29. Relata o responsável que já havia cumprido a Decisão 5773/2015, nos termos do Ofício 374/2016-GAB/SE, expediente no qual solicitou “informações a essa Corte de Contas quanto à análise e pedido de orientações sobre os procedimentos a serem adotados, tendo em vista a impossibilidade de apresentação da comprovação da despesa mediante apresentação da 2ª via do bilhete de passagem”.

30. Além disso, consigna que “a todo instante foram elaborados despachos e memorandos para as áreas técnicas, tendo em vista a preocupação em atender todas as determinações proferidas por essa e. Corte de Contas. Todavia, tendo em vista a necessidade de orientação por esse Tribunal, os setores permanecem no aguardo de manifestação da Corte sobre a implementação dos procedimentos”.

II.1 Análise

31. Preliminarmente, esclarece-se que a análise das justificativas se faz nesta ocasião, não por revelia ao que dispõe o art. 278, § 1º, do RI/TCDF, mas pelo fato de que a audiência decorreu da decisão que conheceu do recurso.

32. Quanto às alegações apresentadas, reprisa-se que o mencionado Ofício 374/2016-GAB/SE foi juntado ao Processo 560/2015 por reportar-se a decism lá proferido. E, embora não atendessem a contento ao que foi solicitado pelo Tribunal na Decisão 5773/2015, configurou resposta atempada por parte da Secretaria de Educação.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

33. Por essa razão, e tendo em conta as iniciativas ora noticiadas (v. § 30), entendemos que se pode ter por procedentes as justificativas apresentadas.

III. Outros documentos

34. A Secretaria de Educação encaminhou, ainda, ao Tribunal o **Ofício 2255/2016-GAB/SE** (eDoc 361D619E-c).

35. De acordo com o mencionado expediente, "considerando a complexidade da matéria, o impacto que pode gerar a ausência ou atraso constante dos servidores beneficiários do auxílio transporte que atuam nas **escolas rurais** das áreas acima mencionadas, decorrentes da ausência de transporte público que atenda e, ainda, visando solução tanto para os servidores que ingressaram com recurso no âmbito desta SEEDF como para aqueles que o fizeram no âmbito do TCDF..." **requer ao Tribunal sustentação oral, o sobrestamento destes autos**, bem assim cópia do Processo 560/2015, a partir da Decisão 1907/2016.

III.1 Análise

36. É de se considerar, ab initio, que **as justificativas apresentadas no parágrafo anterior pela SEDF indicam, a prevalecer o encaminhamento ora conferido a estes autos, que os pleitos por ela aviados perderam o objeto.**

37. De todo modo, **nada obsta a que se defira o pedido de sustentação oral referido.** Tal medida, por outro lado, antecede em regra o julgamento dos autos, o que tornaria superada a pretensão de sobrestamento. Quanto às cópias requeridas, a Administração poderá obtê-las a qualquer tempo junto ao serviço de Atendimento ao Público desta Corte.

IV. Sugestões

38. **Ex positis, decidindo o digno Relator do feito pela necessidade de sustentação oral, caberá fixar-lhe data.**

39. Com essas considerações, somos por que o colendo Plenário:

I. tome conhecimento da instrução;

II. no mérito, **dê provimento ao Pedido de Reexame apresentado pelos servidores da Secretaria de Educação a que se reporta o item I da Decisão 5773/2015** (eDoc 1E95F125-c), afastando a exigência de que trata o item VII das sugestões do Relatório de Auditoria 2/2015, constante do Processo 560/2015;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

III.

d

etermine à Secretaria de Educação que mantenha o rigor ao realizar pagamentos em pecúnia do auxílio-transporte, que deve ter por base as linhas de transporte público que servem o local, devendo, ainda, adequar a Circular nº 54/2015-SUGEPE ao disposto no item anterior;

IV. tenha por superada a determinação endereçada à Secretaria de Educação no item II da Decisão 5773/2015;

V. considere procedentes as justificativas apresentadas em atendimento ao item II da Decisão 4752/2016 pelo titular daquela Secretaria, pelas razões apresentadas na instrução;

VI. autorize:

- a) o encaminhamento de cópia da instrução e da decisão que vier a ser adotada à Secretaria de Educação, para melhor compreensão da matéria, e de cópia da decisão aos recorrentes;
- b) seja cientificada a jurisdicionada que cópia dos processos em tramitação nesta Corte podem ser obtidas junto ao seu serviço de Atendimento ao Público;
- c) o retorno dos autos à SEFIPE para as providências subsequentes e posterior arquivamento."

Em parecer convergente, o Ministério Público de Contas, mediante parecer do ilustre Procurador **DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE**, assim posicionou-se

"18. Expostas as considerações externadas pela SEFIPE, cabe ressaltar que examina-se, nesta oportunidade, o mérito do Pedido de Reexame interposto por servidores da SE/DF, em razão dos desdobramentos advindos das questões levantadas nos autos do Processo de Auditoria nº 560/2015.

19. Sob esse aspecto, não é despiciendo realçar que, como objetivo geral da Auditoria haviam sido definidas Questões de Auditoria, a serem abordadas, sendo a 1ª assim disposta:

QA 1: Há irregularidades ou incongruências nos pagamentos de Indenização de Transporte e de Auxílio-Transporte?

20. Verificou-se que o pagamento da parcela Indenização de Transporte, envolvendo diversos órgãos (como AGEFIS, SEF, PGDF DPDF e TCB), no mês de apuração, envolveu o montante de cerca R\$ 3,5 milhões, com as constatações de pagamentos em valores integrais e sem aparente realização de atividades externas, além de ter havido



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

questionamentos quanto aos normativos que regulavam a matéria. Constatou-se, ainda, a existência de pagamentos da aludida Indenização de Transporte, juntamente com a parcela Auxílio-Transporte, de forma cumulativa, o que seria vedado pela LC nº 840/2011, observadas determinadas exceções (fato que a rigor, não envolveu a SE/DF, ao que tudo indica pelo fato de que as carreiras ali disposta, de regra, não contemplam aquele primeiro benefício - Indenização de Transporte).

21. De outra parte, as apurações deram conta também de pagamentos de valores considerados elevados a título de Auxílio-Transporte a servidores de diversos órgãos, incluindo-se a SE/DF (a média considerada plausível foi de R\$ 440,00 - servidor/mês, alusiva a 22 dias úteis). Foram detectados 752 casos de servidores com valores superiores, totalizando-se cerca de R\$ 546.200,00, no mês de referência (cerca de 0,5 milhão). Por sua vez, o exame final recaiu naqueles casos em que os interessados "perceberam valor acima de R\$ 1.000,00 no mês", conforme consignado no Relatório inaugural de Auditoria (§§ 50 a 57).

22. As questões suscitadas em relação à regularidade de tais pagamentos repousaram no fato de que foram realçadas situações: no Quadro II (divergências de endereços do servidor: registrados na RFB - Receita Federal - Distrito Federal, e registrados no SIGRH - Municípios de MG), e no Quadro III (divergências entre os endereços: do servidor - Municípios de GO e de MG, e do respectivo cônjuge - Distrito Federal), causando dúvidas quanto à real residência e necessidade de deslocamento, e, via de consequência, de aferição do benefício. Destacou-se, ainda, a situação de servidor com indicação de residência em Samambaia/DF e a percepção de Auxílio-Transporte inerente a três linhas direcionadas a Formosa/GO.

23. Feitas tais considerações, vale relembrar, que a "recomendação" direcionada às Jurisdicionada deu-se em caráter geral, com vistas à necessidade de comprovação de todas as despesas/custeios "interestaduais". O Recurso em voga, portanto, envolve servidores específicos, então "lotados no Centro de Ensino Fundamental Buriti Vermelho, localizado na DF 270, cruzamento com a DF 100 - Colônia Agrícola Buriti Vermelho, na Zona Rural do Paranoá, sendo que a maioria dos recorrentes reside em Formosa/GO", a despeito de que a SE/DF também relata que já recebeu "reclamações" de outros inúmeros interessados.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

24. Sob esse prisma, vislumbra-se que assiste razão à Instrução quanto à possibilidade de pagamento da parcela em questão, sem que haja a posterior comprovação do gasto específico, porquanto a própria LC nº 840/2011 estipula (art. 110) que "§ 1º O servidor deve manter atualizados os dados cadastrais que fundamentam a concessão do auxílio-transporte", e que "§ 2º Sem prejuízo da fiscalização da administração pública e de eventual responsabilidade administrativa, civil ou penal, presumem-se verdadeiras as informações constantes da declaração prestada pelo servidor". A LC nº 840/2011 prevê a possibilidade de pagamento em: 1) vale-transporte, ou 2) pecúnia, com vistas ao custeio "parcial das despesas", cujo "parâmetro" de apuração seria o "transporte coletivo".

25. Ou seja, a rigor, as informações prestadas pelos próprios interessados "presumem-se verdadeiras", sobretudo em função do custo/benefício em se controlar, mês a mês, cada situação individual e específica, por exemplo, em relação a determinado servidor que não teria feito jus em relação a um dia e/ou determinados dias do mês, mas que percebe a parcela de forma "regular" durante o ano. Dessa forma, os "custos" do "controle" específico poderiam ser maiores que os "benefícios" esperados ("economia"). Todavia, tal "presunção" de veracidade não é absoluta e cabe prova em contrário, posto que a própria norma estipula: "Sem prejuízo da fiscalização" por parte da Administração, bem como de "eventual" responsabilização.

26. Portanto, pelo que se depreende, o "parâmetro" de apuração (do transporte/transportes públicos, passíveis de utilização) decorre de "declaração" do próprio servidor, observada a necessidade de locomoção, em razão da indicação/comprovação do local de prestação do serviço e de residência (ou de atividade escolar). Assim, pelo que se infere, a possível divergência quanto à indicação do referido local de residência ou do trecho de locomoção, além dos valores auferidos, é que suscitaram dúvidas na Auditoria e motivaram a "recomendação".

27. Nessa toada, ainda que se admita a possibilidade de "não-utilização" do transporte público (sem se descuidar que a utilização de locomoção própria, ainda que mais eficaz, razoável e benéfica, possa, em certos casos, ser até mais onerosa para o servidor), o fato é que a "declaração" de residência, em localidade mais longínqua, em Estado/Município diverso, se acaso



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

não condizente com a realidade, se comprovada, poderá estar, sim, resultando em recorrentes prejuízos ao erário, decorrente da majoração indevida do próprio benefício auferido e/ou da percepção de parcela inerente a "trecho complementar" que sequer faz jus o servidor.

28. Respeitante aos casos concretos, vale ressaltar que o Recurso contemplou, o nome de 27 (vinte e sete) servidores da Instituição de Ensino mencionada alhures, e foram seguidos dos respectivos comprovantes de "residência", individuais, não olvidando que, nos Quadros II e III, que deram suporte às dúvidas suscitadas, não se constatou o nome de nenhum dos interessados que assinaram a Peça Recursal.

29. No que pertine ao precedente do colendo STJ trazido à baila, baseado em Medida Provisória, com a indicação de jurisprudência acerca da possibilidade de utilização de meio próprio de transporte, aliado à percepção do "Auxílio" indenizatório, não é despiciendo acrescentar recente julgado do TJDF relativo à percepção da parcela em comento, com espeque na LC nº 840/2011:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. AUXÍLIO TRANSPORTE. LEI COMPLEMENTAR 840/2011. TRANSPORTE PÚBLICO. MERO PARÂMETRO LEGAL DE FIXAÇÃO DA VERBA INDENIZATÓRIA. REQUISITOS PARA A PERCEPÇÃO DO BENEFÍCIO. FALTA DE TRANSPORTE OFERECIDO PELO ÓRGÃO OU UNIDADE DE LOTAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Os artigos 107 a 110 da Lei Complementar nº 840/2011, disciplinam o auxílio-transporte concedido ao servidor público do Distrito Federal, estabelecendo as regras de concessão, as quais condicionam o pagamento do benefício à existência de despesas realizadas com transporte coletivo no deslocamento da residência para o trabalho. O transporte público é apenas um paradigma para fixação do valor da verba indenizatória e não conditio sine qua non para sua obtenção.

2. O não oferecimento de transporte próprio pelo órgão ou unidade de lotação do servidor é a condição estabelecida pelo legislador para assegurar o pagamento do auxílio transporte, atrelado a comprovação de distância entre a residência e o local de trabalho.

4. APELAÇÃO CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA.

(Acórdão n.1009760, 20150110739634APC, Relator: LUÍS GUSTAVO B. DE OLIVEIRA 8ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 06/04/2017, Publicado no DJE: 24/04/2017. Pág.: 475/494) (destaques não constam).

(...)

31. Vislumbra-se que, portanto, assiste razão à Instrução quanto ao provimento do Recurso em voga, porquanto os interessados, sobretudo em razão de estarem lotados em escolas rurais, aliado à previsão legal de pagamento em pecúnia



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

do benefício e à comprovação individual dos respectivos domicílios junto à Administração, podem continuar a perceber a parcela em comento, a que façam jus, ainda que utilizem meios próprios de transporte, sem embargo de aferição pela Jurisdicionada de situações que gerem dúvidas ou apresentem indícios de irregularidades, nos termos dos §§ 1º e 2º, do art. 110, da LC nº 840/2011, valendo-se, inclusive, do confronto das informações apresentadas, a exemplo dos dados coligidos nos Quadros II e III do Relatório inaugural de Auditoria, mencionados alhures.

32. Pelo exposto, opina este Parquet pelo acolhimento da sugestão ofertada pela SEFIPE no sentido de, no mérito, dar provimento ao Recurso manejado, em relação aos interessados arrolados na Exordial, em relação aos quais houve o deferimento do efeito suspensivo, na forma da Decisão nº 5.773/2015, dando-se ciência aos interessados."

É o relatório.

VOTO

Como restou patente no relatório, aprecia-se nesta assentada recurso interposto por servidores da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, residentes em sua maioria em Formosa-GO e lotados no **Centro de Ensino Fundamental Buriti Vermelho (Zona Rural do Paranoá)**, que manifestaram sua irrisignação com os termos do item VII do Relatório de Auditoria nº 02/2015, conhecido e aprovado na forma do item II da Decisão nº 3.191/2015, ambos reproduzidos no relatório.

Os recorrentes percebem o benefício do Auxílio-Transporte pago pela **SE/DF**. Todavia, em razão da precariedade do transporte público disponibilizado para a referida localidade, distância a ser percorrida e tempo de locomoção (6 horas entre ida para o local de trabalho e retorno à residência), optaram por utilizar veículos próprios para o deslocamento, mesmo que isso acarrete desgaste a seus veículos, em razão das más condições de conservação das estradas rurais.

A Unidade Técnica e o Ministério Público de Contas, diante desse quadro fático, entenderam que procedem as razões recursais, considerando os precedentes do Poder Judiciário que mencionam, bem como aquele citado pelo ilustre Conselheiro **Paulo Tadeu**, no voto condutor da Decisão 6.415/2016, *ipsis litteris*:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

"Se é certo que as vantagens possuem natureza dessemelhada, parece-me também acertado afirmar que, diante da pacificação da matéria no âmbito do STJ, a exigência de utilização de veículo próprio para a execução de trabalhos externos, por força das atribuições inerentes ao cargo, **não inviabiliza** o pagamento no mesmo dia do auxílio-transporte. Veja-se, a propósito, esta decisão do STJ⁵ a respeito:

PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. AUXÍLIO-TRANSPORTE. VEÍCULO PRÓPRIO. POSSIBILIDADE. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO PRÉVIA DA DESPESA. ORIENTAÇÃO NORMATIVA. INOVAÇÃO. DESNECESSIDADE.

1. A jurisprudência do STJ consolidou-se no sentido de que o auxílio-transporte tem a finalidade de custear as despesas realizadas pelos servidores públicos com transporte para deslocamentos entre a residência e o local de trabalho, e vice-versa, sendo devido a quem utiliza veículo próprio ou coletivo.

2. O art. 6º da Medida Provisória n. 2.165-36/2001 apenas exige que o servidor ateste a realização das despesas de deslocamento, presumindo a veracidade da declaração por ele firmada, sob pena de responsabilidade civil, criminal e administrativa.

3. A Orientação Normativa DGP/IFRS, ao limitar a fruição do auxílio-transporte à comprovação prévia das despesas efetivamente realizadas com locomoção do servidor, extrapolou o poder de regulamentar a MP 2.165-36, estipulando exigência não prevista em lei. Precedente em caso análogo: AgInt no REsp 1.323.295/DF, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 26/4/2016, DJe 11/5/2016.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

O julgamento do caso acima destacado levou em consideração servidor regido pela Medida Provisória nº 2.165-36/2001⁶, cuja redação do art. 1º, no que nos interessa neste momento, em muito se assemelha à do art. 107 da LC nº 840/11. Eis o que disciplina aquele dispositivo:

Art. 1º Fica instituído o Auxílio-Transporte em pecúnia, pago pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, excetuadas aquelas realizadas nos deslocamentos em intervalos para repouso ou

⁵ AgInt no REsp 1455539 / RS - AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL 2014/0121229-0.

⁶ Institui o Auxílio-Transporte, dispõe sobre o pagamento dos militares e dos servidores do Poder Executivo Federal, inclusive de suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, e dá outras providências.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

alimentação, durante a jornada de trabalho, e aquelas efetuadas com transportes seletivos ou especiais."

Assiste-lhes razão, pois o Superior Tribunal de Justiça, reiteradamente, vem adotando o seguinte entendimento a respeito da matéria agitada no recurso ora apreciado:

"**EMENTA:** ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. **AUXILIO-TRANSPORTE**. MP 2.165-36/01. **USO DE VEÍCULO PRÓPRIO**. SÚMULA 83 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL A QUE NEGA PROVIMENTO. **1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça a qual já se manifestou que o auxílio-transporte objetiva custear despesas realizadas pelos Servidores Públicos com transporte em veículo próprio ou coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual, relativas aos deslocamentos de suas residências aos locais de trabalho, o que atrai a incidência da Súmula 83/STJ. Precedentes:** AgRg no REsp. 1.568.562/RS, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe 14.3.2016; AgRg no REsp. 1.119.166/RS, Rel. Min. ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe 22.6.2015; AgRg no AREsp. 436.999/PR, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 27.3.2014; AgRg no AREsp. 441.730/RS, Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 20.2.2014. (...). (AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL nº **1522387** - Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - 1ª Turma - DJE DATA:29/06/2016)

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 481 DO CPC. MILITAR. ART. 1º DA MP 2.165-35/2001. **AUXÍLIO-TRANSPORTE. DESLOCAMENTO COM VEÍCULO PRÓPRIO DO SERVIDOR. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I.** Não há falar, na hipótese, em violação ao art. 535 do CPC, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que o voto condutor do acórdão recorrido apreciou fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida. **II.** Em relação ao art. 481 do CPC, o Recurso Especial é manifestamente inadmissível, por falta de prequestionamento, pelo que incide, na espécie, quanto ao referido ponto, o óbice do enunciado da Súmula 211/STJ. **III.** Não há impropriedade em afirmar a falta de prequestionamento e afastar a indicação de afronta ao art. 535 do CPC, haja vista que o julgado está devidamente fundamentado, sem, no entanto, ter decidido a causa à luz dos preceitos jurídicos suscitados pela parte recorrente, pois, como



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

consabido, não está o julgador a tal obrigado. **IV. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que o auxílio-transporte tem a finalidade de custear as despesas realizadas pelos servidores públicos com transporte, em veículo próprio ou coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual, para deslocamentos entre a residência e o local de trabalho e vice-versa. Precedentes: STJ, AgRg no REsp 1.119.166/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe de 22/06/2015; AgRg no REsp 1.418.492/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 03/11/2014; AgRg no AREsp 471.367/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/04/2014. (...) (AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL nº 1568562 - Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES - 2ª Turma - DJE DATA:14/03/2016).**

EMENTA: ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. AUXÍLIO-TRANSPORTE. DESLOCAMENTO COM VEÍCULO PRÓPRIO. TRANSPORTE INTERMUNICIPAL. UTILIZAÇÃO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO. POSSIBILIDADE. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, **o auxílio-transporte tem como objetivo custear as despesas realizadas pelos servidores públicos com transporte em veículo próprio ou coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual, relativas aos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, nos termos do art. 1º da Medida Provisória 2.165-36-2001. Logo, é devido aos que se utilizam de veículo próprio e/ou "transporte regular rodoviário".** Agravo regimental improvido. (AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL nº 1567046 - Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES - 2ª Turma - DJE DATA:02/02/2016)"

Em âmbito distrital, identifiquei, ainda, a seguinte decisão da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do e. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios:

"JUIZADO ESPECIAL. FAZENDA PÚBLICA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO DISTRITAL. AUXÍLIO TRANSPORTE. INTERESTADUAL. UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO PARTICULAR PRÓPRIO. POSSIBILIDADE. INEXIGÊNCIA DE REQUISITOS ADMINISTRATIVOS PARA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1. A Lei Complementar Distrital nº 840/2011, estipula que o auxílio-transporte é parcela indenizatória concedida pela Administração Direta do Distrito Federal com a finalidade de custear parcialmente as despesas realizadas com transporte coletivo, inclusive interestadual, nos deslocamentos dos servidores de sua residência para o local de trabalho e vice-versa, no início e no fim da jornada de trabalho. 2. (...)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

3. A intermitência do serviço de transporte coletivo oferecido pelo Poder Público, que impede o servidor de cumprir com disciplina a sua jornada de trabalho, é motivo suficiente para que se permita a utilização de veículo particular e, ainda assim, seja devido o auxílio-transporte, tendo em vista o cumprimento dos requisitos legais para o pagamento do benefício.

4. Inexiste, nos artigos 107 e 110 da Lei Complementar 840/2011, qualquer determinação que demande a apresentação dos bilhetes de passagem rodoviária como requisito para o recebimento do benefício. Assim, o cancelamento do benefício concedido ao servidor por não cumprir exigências administrativas do órgão em que lotado mostra-se abusiva, tendo em vista a supremacia da lei perante às demais normas administrativas. Cumpridos os requisitos legais, deve-se o pagamento do benefício. (...)” (Processo nº 07290309720158070016 - 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal – Rel. Juiz EDUARDO HENRIQUE ROSAS- Publicado no DJE: 13/10/2016)

A precariedade e intermitência do serviço de transporte coletivo disponibilizado, a distância a ser percorrida e o tempo de locomoção são fatos que autorizam, segundo a jurisprudência, a utilização do veículo particular, sem embargo da continuidade da percepção do auxílio-transporte, desde que observados os requisitos legais fixados na legislação para o pagamento do benefício.

Diante do que venho de destacar, é de se as conclusões ofertadas pela Unidade Técnica e o *Parquet* Especial, mormente no que toca à possibilidade do servidor perceber auxílio-transporte, embora utilize veículo particular próprio nos deslocamentos de sua residência para o local de trabalho e vice-versa, no início e no fim da jornada de trabalho.

Assim sendo, por ter conexão com o requerimento formulado na peça recursal e dele não discrepar, deixo de acolher o pedido de sustentação oral formalizado pelo órgão jurisdicionado, via **Ofício 2255/2016-GAB/SE** (eDoc [361D619E-c](#)), por manifesta perda de objeto, em razão do que restou evidenciado na instrução e no parecer ministerial e do que deflui dos precedentes jurisprudenciais que venho de reproduzir.

Destarte, atento aos termos da Decisão nº 5.773/2015, que determinou a apreciação de eventuais recursos em autos apartados, **VOTO** no sentido de que o e. Plenário:

- I - dê provimento ao Pedido de Reexame interposto por servidores da Secretaria de Educação do Distrito Federal (edoc 1F295580), lotados no **Centro de Ensino Fundamental Buriti Vermelho (Zona Rural do Paranoá)**, em face do item II da Decisão nº 3.191/2015, de modo a afastar a exigência de que trata o item VII das sugestões



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

alinhadas no Relatório de Auditoria nº 2/2015, juntado ao Processo nº 560/2015;

- II -** determine à **Secretaria de Educação do Distrito Federal** que mantenha o rigor ao realizar pagamentos em pecúnia do auxílio-transporte, que deve ter por base de cálculo o valor cobrado pelas linhas de transporte público que servem o local de lotação dos recorrentes, devendo, ainda, adequar a Circular nº 54/2015-SUGEPE ao disposto no item anterior e às particularidades e exigências do trabalho em zona rural;
- III -** tenha por superada a determinação endereçada à Secretaria de Educação no item II da Decisão nº 5.773/2015;
- IV -** considere procedentes as justificativas apresentadas pelo titular daquela Secretaria em atendimento ao item II da Decisão nº 4.752/2016;
- V -** autorize a remessa de cópia da instrução e do parecer ministerial à jurisdicionada, alertando-a que cópia de processos em tramitação nesta Corte de Contas podem ser obtidas junto ao Serviço de Atendimento ao Público;
- VI -** dê ciência desta decisão aos recorrentes;
- VII -** determine a devolução destes à SEFIPE para as providências subsequentes e posterior arquivamento.

Sala das Sessões, em 01 de junho de 2017.

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA
Conselheiro-Relator